

## EDUCAÇÃO E CONSERVADORISMO

## EDUCATION AND CONSERVATISM

## DUCACIÓN Y CONSERVADURISMO

Recebido em: 10/03/2024

Aceito: 18/08/2024

Publicado em: 02/10/2024

Ewerton da Silva Ferreira<sup>1</sup>

Vanessa Abreu Dias<sup>2</sup>

Bruna da Rosa Machado<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo central apresentar de forma sucinta os impactos do neoconservadorismo na educação brasileira em um contexto de pós-verdade. Para tanto, utiliza-se de uma revisão bibliográfica para demonstrar o avanço do neoconservadorismo e a atuação das fake news na aprovação de documentos que norteiam a educação nacional. Nesse sentido, é possível observar a atuação de movimentos como o Escola sem Partido e alguns dos seus defensores na interferência exitosa durante os debates de documentos como a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio.

**Palavras-chave:** Educação; Conservadorismo; Escola Pública; Brasil.

**ABSTRACT:** The main objective of this article is to succinctly present the impacts of neoconservatism on Brazilian education in a post-truth context. To this end, a bibliographic review is used to demonstrate the advance of neoconservatism and the role of fake news in the approval of documents that guide national education. In this sense, it is possible to observe the actions of movements such as Escola sem Partido (School Without Party) and some of its supporters in successfully interfering in the debates over documents such as the National Common Curricular Base and the High School Reform.

**Keywords:** Education; Conservatism; Public School; Brazil.

**Resumen:** El objetivo central de este artículo es presentar de manera sucinta los impactos del neoconservadurismo en la educación brasileña en un contexto de posverdad. Para ello, se utiliza una revisión bibliográfica para demostrar el avance del neoconservadurismo y el papel de las noticias falsas en la aprobación de documentos que guían la educación nacional. En este sentido, es posible observar la actuación de movimientos como el Escola sem Partido (Escuela Sin Partido) y algunos de sus defensores en la exitosa interferencia durante los debates de documentos como la Base Nacional Común Curricular y la Reforma de la Enseñanza Media.

**Palabras-Clave:** Educación; Conservadurismo; Escuela Pública; Brasil.

## INTRODUÇÃO

A escola e a educação são temas que aparecem em diferentes contextos e diversos atores demonstram a sua opinião dos aspectos necessários para alcançar melhores resultados e, especialmente sobre “o que” e “como” deveriam ser abordados determinados temas no espaço

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: ewertonferreira@ceeinter.com.br

<sup>2</sup> Bibliotecária na Universidade Federal do Pampa. Mestre em Gestão de Organizações Públicas. E-mail: vanessaabreudias@gmail.com

<sup>3</sup> Licenciada em Matemática pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: brunaarmachado@gmail.com

escolar. No dia 28 de agosto de 2022, durante o debate dos presidenciáveis os candidatos Ciro Gomes (PDT) e Luiz Felipe D'Ávila (NOVO) entre as propostas de melhorar o financiamento, ampliar o tempo do estudante na escola, fomentar uma educação tecnológica, reformular a proposta de educação nacional o candidato do Partido Novo afirma que “precisamos ensinar os professores a dar aula”.

Não é necessário distanciar muito para notar que a tentativa de colocar a educação pública em xeque está articulada através da própria ação do Estado para justificar as suas reformas educacionais. As dimensões que envolvem a aprovação da Base Nacional Comum Curricular e da Reforma do Ensino Médio caminham na tentativa de demonstrar que a educação está em crise e para melhorá-la é necessário aprovar com urgência grandes modificações. Sendo assim, há uma intenção nessas propagandas “representada pela escola, o professor e o currículo – tem importância na nossa sociedade, mas sempre precisa ser reformada, ajustada, melhorada, reinventada” (KATZ, MUTZ, 2017, p. 159).

A escolha de iniciar esse texto com indagações sobre como a escola e a educação estão presentes nos distintos debates e que há sempre um “responsável” pelo seu fracasso é uma tentativa de demonstrar o que me proponho ao longo desse artigo. Sendo assim, o artigo busca refletir sobre os ataques que a escola, os professores e o currículo escolar vêm sofrendo com o avanço do conservadorismo no Brasil e o contexto de pós-verdade.

A instituição escolar ao longo da história do Brasil sempre foi um privilégio da elite e após o processo de democratização do acesso à educação básica, ela ainda continuou se articulando para a organização do seu currículo atendendo os interesses do mercado. No entanto, Apple (2002) faz um alerta que buscar compreender o atual momento da educação articulando apenas os interesses econômicos da classe dominante resumiria de uma forma muito simplista o que vem acontecendo.

Para o autor, os marcadores sociais da diferença de gênero, raça e diversidade cultural se interseccionam com as alianças de classe e o poder da classe nas “grandes batalhas sobre o que as nossas instituições devem fazer, a quem devem servir, e sobre quem deve tomar essas decisões” (APPLE, 2002, p. 56). Embora o contexto abordado pelo autor não seja o brasileiro, os apontamentos realizados sobre os conflitos norte-americanos contribuem para uma análise do crescente conservadorismo na educação no âmbito nacional.

Nessa perspectiva, é fundamental compreender a relação do crescimento dos movimentos conservadores e os ataques que a escola vem sofrendo nos últimos anos, sob

alegação de uma doutrinação ideológica, propagação de uma “ideologia de gênero” e a sexualização das crianças e adolescentes. De igual modo, perceber como os líderes de movimentos como Escola sem Partido e Contra a Ideologia de Gênero conseguem articular-se e alcançar espaços e representações que resultaram na retirada das menções de gênero, sexualidade, orientação sexual de documentos regem a educação nacional.

## O CONTEXTO DE PÓS-VERDADE

O ano de 2015 marcou o Brasil devido as discussões acaloradas que envolviam os planos municipais e estaduais de educação, mas não estava em pauta os aspectos pedagógicos, metas traçadas ou objetivos da educação nos diferentes anos da educação básica. Pelo contrário, talvez uma parcela significativa das pessoas que ocuparam os plenários das casas legislativas não compreendia a dimensão do que estava sendo debatido envolveria os próximos 10 anos da educação no estado ou município.

O que estava em pauta naquele momento era a retirada dos planos qualquer menção a gênero e sexualidade, sob o argumento que os professores estavam tentando implementar nas escolas brasileiras uma “ideologia de gênero” que acarretaria na “destruição” da família tradicional. O cenário trouxe a discussão novamente a falácia do “kit gay” como ficou denominado pelos conservadores os materiais didáticos que abordavam educação sexual nos anos iniciais do ensino fundamental.

Essa conjuntura é importante para compreender na prática a explicação de pós-verdade, que um ano depois, em 2016, foi escolhida pelo dicionário de Oxford como a palavra do ano. De acordo, com Siebert e Pereira (2020, p. 240) pós-verdade pode ser traduzida para o português como um “um adjetivo relacionado a circunstâncias em que os fatos influenciam menos a opinião pública do que apelos à emoção ou às crenças pessoais”. Ou seja, mesmo que uma informação não seja verdadeira o impacto que ela causa em que recebe, influencia mais que a verdade da informação.

Exemplos como o “kit-gay” e o argumento da doutrinação ideológica de tentativa de transformar crianças e adolescentes em gays, lésbicas e pessoas trans, demonstram que mesmo após várias manifestações públicas dos órgãos responsáveis e educadores sobre a informação ser falsa, ela continua gerando medo e sendo considerada verdadeira por uma parcela da população. Isso ocorre, pois na pós-verdade “mais do que interpretar e significar o

acontecimento, cria-se uma versão que o sujeito tende a interpretar como verdadeira ou não, independente de investigações científicas quaisquer” (SIEBERT; PEREIRA, 2020, p. 244).

Nesse sentido, o que ocorre no contexto de pós-verdade é a tentativa de equivaler ciência e senso comum como aspectos unicamente ideológicos. Ou seja, a informação dada pela ciência só tem validade quando ela está organizada de modo ideológico. O avanço da pós-verdade está articulado ao poder que as redes sociais possuem na construção de novas verdades e na disseminação de notícias falsas dentro das bolhas sociais e ideológicas. Soma-se a esse fato, a velocidade que essas informações conseguem alcançar após a sua divulgação e ausência de prática checagem da veracidade dos conteúdos que são compartilhados. Peters (2017, p. 564, tradução livre) evidencia que:

Uma consideração importante sobre a mudança para a pós-verdade é a “capacidade de carga de verdade” das novas mídias sociais e sua propensão a disseminar notícias falsas através do Facebook, Google e Twitter e, assim, criar um “mundo bolha” onde fontes de notícias selecionadas por algoritmos simplesmente reforçam os preconceitos existentes comprometendo assim a capacidade de pensamento moral. As novas mídias sociais minam nossa capacidade de reconhecer a verdade?

O questionamento Peters sobre as redes sociais minar a nossa capacidade de reconhecer a verdade, pode ser analisado através da polarização política (ainda que de forma superficial) evidencia que as bolhas das redes sociais contribuem no aspecto de divulgar informações que afetem e ataquem diretamente o lado oponente, pois na realidade o fato foi ressignificado e transformado como uma verdade e já causa pânico, mesmo que já tenha sido refutado. Ainda nessa perspectiva, é importante destacar que essas ataques a verdade e ao conhecimento científico não estão apenas conectados ao desconhecimento, mas desenvolvem-se a partir da “existência de grupos que atacam a ciência de modo deliberado e estratégico, não por serem simplesmente ignorantes, mas por que isso satisfaz seus interesses e faz parte de uma determinada agenda política” (SILVA, VIDEIRA, 2020, p. 1043).

A atuação dos grupos conservadores que disseminam notícias falsas de modo que atendam às suas ideologias tem se demonstrado no comum entre intelectuais que prescrevem receitas de como modificar a educação no Brasil e resgatar os princípios que defendem para esta. Ou seja, para avançar nos índices educacionais e ampliar a qualidade do ensino é necessário que a escola seja livre dos processos de doutrinação que esse grupo afirma acontecer.

Todavia, é importante destacar que a escola encontra-se no contexto onde a pós-verdade tem ampliado seu alcance e as *fake news* estão cada vez mais comuns, sendo por vezes pauta

de debates acalorados entre os estudantes em sala de aula. Sendo assim, a escola precisa de algum modo adaptar-se aos novos debates que chegam a sala de aula, visto que ela não pode se furtar dos temas que embora polêmicos perpassam o letramento científico do estudantes. Logo, “a educação precisa promover as disposições e habilidades dos alunos para buscar as ideias mais precisas e bem justificadas em ambientes midiáticos complexos e epistemicamente “hostis” (CHINN; BARZILAI; DUNCAN, 2021, p. 51).

A educação nessa conjuntura deve pautar aos estudantes ações que estimulem a pesquisa, a verificação das informações e, fundamentalmente a importância de não reproduzir informações que não tenham fontes confiáveis. Esse modelo desenvolveria um modelo de currículo que valorizasse a importância do conhecimento epistêmico potencializando algumas ações que implique na prática a inserção dos estudantes nos processos científicos e que trabalhem de modo direto a importância dos conhecimentos científicos. Essencialmente, compreendendo que a ciência pode ser revista e novos conhecimentos revejam posicionamentos anteriores, demonstrando que isso é não prejudicial ou ruim, mas que aponte a importância do fazer científico (SILVA; VIDEIRA, 2020).

Nesse sentido, é importante que educação atente-se para um currículo que consiga desenvolver essas práticas de pesquisa e estimulem que os alunos possam compreender a diferença entre seus ideais, valores e gostos do conhecimento científico e/ou das informações verdadeiras. Portanto, é importante que sejam desenvolvidos currículos que “permitam aos alunos compreender que as aplicações de ideais e processos dependem de condições específicas (por exemplo, quando a observação visual é confiável e quando deve ser modificada para evitar vieses; quando especialistas em diferentes áreas merecem confiança)” (CHINN; BARZILAI; DUNCAN, 2021, p. 56).

Contudo, o desenvolvimento dessas práticas educacionais e mudanças curriculares, especialmente no Brasil, enfrentam um avanço considerável do aumento do conservadorismo nos processos educacionais e do questionamento do papel da escola na vida dos estudantes. A crescente defesa do papel da escola como instituição unicamente de letramento científico (com exceções de alguns temas que mesmo com todo amparo histórico e de tradições científicas são questionados pelos conservadores como ideológicos) e preparo para o mercado de trabalho, talvez esse último item tenha tornado o mais evidente nos debates que envolvem educação no Brasil.

## CONSERVADORISMO E EDUCAÇÃO

O conservadorismo que permeia a educação hoje vem crescendo nos últimos anos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, no entanto quando abordamos as questões de gênero e sexualidade os empates mais polêmicos estão durante a presidência do Deputado Federal e pastor evangélico da Igreja Assembleia de Deus Marco Feliciano (PSC) na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Na ocasião houve muita repercussão, pois o deputado em uma das suas pregações atribuiu ao continente africano uma maldição pelo pecado de um dos filhos de Adão, o primeiro homem da história de acordo com a Bíblia. Além disso, declarou abertamente ser contra casamento e adoção por pessoas do mesmo gênero, enfatizava seu posicionamento contrário ao aborto, mesmo em casos de feto anencéfalo. Para esses posicionamentos utiliza como argumento “eu sou cristão e tenho minhas posições individuais”. Durante seu período de presidente enfrentou diversos protestos e manifestações, mas seguiu firme na agenda contra os direitos das minorias.

Outro deputado que estava na Câmara dos Deputados e sempre demonstrou posicionamentos conservadores e contra a diversidade é o atual presidente Jair Bolsonaro (PL) que pertenceu durante muito tempo ao considerado baixo clero, ou seja, era um deputado que conseguiu se eleger, mas não desenvolvia nenhum tipo de política expressiva para o país, atuando unicamente em seu estado.

O deputado Jair Bolsonaro vai ganhar visibilidade na sua defesa dos militares, no discurso contra corrupção, especialmente ao longo do ano de 2015 nas manifestações pró impeachment da presidenta Dilma Rousseff e nos seus ataques direto as minorias no Congresso Nacional e nos programas de televisão que era convidado a participar. Esses dois deputados são figuras centrais ao longo da disputa nos documentos oficiais e no combate as questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, ou nas palavras deles, contra a “ideologia de gênero”.

O conservadorismo que ganha seu espaço aqui está certamente no combate aos valores republicanos e a dimensão social dos direitos que estavam sendo assegurados a uma parcela da população que até então era invisibilizada. Bolsonaro que até 2016 era quase invisível no Congresso Nacional ganha forças e começa o discurso de concorrer a presidência da república para ir contra corrupção, na defesa dos valores cristãos e a valorizando a família.

Durante a campanha de 2018 o então candidato chegou a firmar que seu governo seria “conservador nos costumes e liberal na economia”, prometendo acabar com a “mamata” e a

ideologia de esquerda nas escolas. Em sua entrevista ao Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão chegou a apresentar o livro “Aparelho Sexual e cia” como parte do “kit gay” que estava sendo distribuído nas escolas como forma de sexualizar e propagar a “ideologia de gênero” para crianças do ensino fundamental.

O discurso que Bolsonaro propõem pode ser explicado por Messenberg (2017) como uma ideia fascista que acredita na existência de uma sociedade que está agindo de forma secreta e contra os ideais e valores defendido por sua moralidade, portanto está em um cenário de luta do “bem” contra o “mal”. Assim, elencam como supostos inimigos “desde organizações, partidos, a grupos específicos: os comunistas, os negros, os gays, as feministas e todos aqueles que não compartilham de seu universo mental” (MESSEMBERG, 2017, p. 637).

A autora ainda destaca que esse pensamento conservador pode ser compreendido através dos avanços dos direitos que vão sendo conquistado pelas minorias na sociedade. Portanto, é por esse motivo que os formadores de opinião acabam utilizando desses discursos para alcançar os seus seguidores. Nesse sentido, o conservadorismo aqui representa um entendimento que “forma de resistência às transformações promovidas pela sociedade moderna (expansão dos direitos individuais, secularização e cosmopolitismo) e uma reafirmação dos pilares da sociedade tradicional: a família, a religião e a nação” (MESSEMBERG, 2017, p. 637).

Os elementos discursivos que com maior frequência se relacionam a ideia-chave de “família tradicional” são os seguintes: oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, oposição ao aborto, à ideologia de gênero nas escolas, à expansão do feminismo e a concordância com a “cura gay”. Os conteúdos centrais da ideia-força “resgate da fé cristã” envolvem emissões que invocam a entrega dos destinos individuais e coletivos “nas mãos de Deus” (MESSEMBERG, 2017, p. 637).

Nesse sentido, a autora ainda destaca que o conservadorismo moral no campo da direita envolve uma série de ações com conteúdo de racismo, sexismo, homofobia, xenofobia e todos os tipos de fobias as pessoas que estão distantes dos valores entendidos por essa parcela como verdadeiros e que devem ser seguidos. Alguns autores afirmam que estamos vivenciando um neoconservadorismo que é uma releitura do conservadorismo aliado ao neoliberalismo que apresenta-se como uma apologia conservadora do modelo capitalista “combatendo o Estado Social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado e reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais” (LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 5).

No Brasil esse movimento neoconservador vai ganhar espaço a partir dos discursos do Movimento Escola Sem Partido (ESP) que alega que as escolas brasileiras estão sendo palco de uma ação de ideologia marxista em seu surgimento em 2004 e, portanto, é necessário que a escola seja liberta desse modo ideológico. Ao longo dos anos, o ESP insere em suas pautas as articulações contra a “ideologia de gênero” que também estaria sendo difundida nas escolas públicas brasileiras. Outrossim, é necessário mencionar o ESP, uma vez que “este ser um movimento que demonstra o crescimento das ideias neoconservadoras na educação” (LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 10) e foi assumido como pauta por integrantes da extrema direita para atacar a educação e os professores.

## NEOCONSERVADORISMO E DOCUMENTOS EDUCACIONAIS

A atuação do ESP foi silenciosa ao longo de muitos anos e mesmo quando ganhou forças através da aprovação de projetos de leis foi barrada pelo Supremo Tribunal Federal, no entanto a maior conquista do movimento foi a inclusão de suas pautas por políticos que representam o neoconservadorismo na política brasileira. Nessa direção, todas as discussões que envolvem modificações na educação pública são marcadas por uma disputa ainda mais intensa, visto que há uma tentativa de reprimir alguns temas das salas de aula.

O ESP se identifica como um movimento que defende a liberdade na escola luta contra os pressupostos ideológicos que é realizado pelos docentes, sendo assim implicaria “constrangimento aos envolvidos no processo educativo; naturalmente, o aluno é visto como a maior vítima disso” (KATZ; MUTZ, 2017, p. 199). Isso acontece, pois alguns na escola os temas que são de cunho moral não devem ser debatidos, uma vez que ultrapassa as barreiras morais e geraria um embate entre escola e família. Ou seja, debater gênero e sexualidade, por exemplo, ultrapassaria as “barreiras que a escola e o professor não poderiam transgredir, pois estão pautadas pela família ou pela própria religião do estudante” (KATZ; MUTZ, 2017, p. 199).

A escola nesse viés proposto pelo ESP perderia o seu papel de possibilitar que o estudante conviva com o diverso e o diferente dos costumes e crenças do seu núcleo familiar. Logo, uma das funções prevista em lei e defendida por educadores que é socialização, contato com a diferença e a troca cultural entre os estudantes seria reduzida apenas “simples transmissora de conteúdos e, portanto, sem nenhuma função de socialização ou de construção intencional da cidadania”, (KATZ; MUTZ, 2017, p. 201), ou ainda pode tentar resumir a essa

ideia central do ESP como a “construção da cidadania e da liberdade dos estudantes deve se dar em outro plano e sem a ação direta do Estado, de modo que competiria à escola pública tão somente exercer o papel de informar, em busca da objetividade e da neutralidade” (KATZ; MUTZ, 2017, p. 202).

A concepção do ESP que vai atuar diretamente nos embates que vão permear as discussões dos documentos educacionais que seriam aprovados futuramente a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio. A BNCC foi um documento que apesar das críticas foi elaborado a versão inicial por docentes e pesquisadores da educação, já a Reforma do Ensino Médio não houve um debate com a comunidade escolar de forma ampla.

No segundo mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff iniciou as discussões da BNCC que propunha um documento que organizasse a educação nacional com conteúdo geral e que fosse comum para todas as unidades federativas. Uma direta tentativa de hegemonia da educação brasileira que retira as particularidades locais, regionais e tenta padronizar a atuação dos/as docentes, uma vez que se tem um documento que padroniza é consequência um mecanismo que avalia essas ações.

No cenário de disputa política a aprovação da BNCC que nas versões iniciais apresentava os marcadores de gênero e sexualidade foi completamente retirado da versão final que foi aprovada em dezembro de 2017, pelo Conselho Nacional de Educação e homologada pelo Ministério da Educação. Além disso, uma parcela significativa da frente neoconservadora tentou levar essa discussão ao Congresso Nacional sob alegação de que seria uma pauta que impactaria na vida de estudantes de todo território nacional quem deveria fazer a discussão sobre o tema era o poder legislativo. No entanto, esse argumento apenas servia para pressionar os políticos eleitos sob alegação de “defesa da família”, “contra ideologia de gênero” e “contra doutrinação ideológica nas escolas” se organizarem para não passar menções aos marcadores de gênero e sexualidade (FERREIRA, 2024).

A BNCC com todas as tentativas de repressão aos debates de gênero, sexualidade, racismo e direitos humanos foi aprovada e os temas quando aparecem são de forma sucinta e sem nenhuma discussão aprofundada. Notadamente, em virtude das reformulações da segunda e terceira versão que foi aprovada e está em vigor.

Nesse contexto pós impeachment de 2016, o governo federal aprova a reforma do ensino médio com o argumento que os estudantes necessitam sair dessa modalidade de ensino com maior aptidão ao mercado de trabalho, mas que objetiva na realidade “calibrar a formação na

educação básica às necessidades de força de trabalho no país” (LEHER; VITTORIA; MOTTA, 2017, p. 18). Ou seja, a mão de obra para o desempenho de trabalho bruto ou que não necessita de uma formação mais específica pode ser desenvolvida apenas com uma forma generalista e enfraquecida de conhecimentos mais gerais e, sobretudo críticos e reflexivos aos jovens.

A reforma do ensino médio é um projeto de formação que articula e defende unicamente o interesse do capital e “como parte desse processo de ajuste da formação às demandas do capital, a contrarreforma objetiva incidir, também, sobre a socialização ideológica da juventude, daí a tentativa de extinguir a formação em artes, sociologia, filosofia, expressões corporais” (LEHER; VITTORIA; MOTTA, 2017, p. 18). Tal reforma não concentra esforços em reduzir a evasão e abandono do ensino médio, mas tenta apenas remediar criando uma pseudo solução através do discurso de inserção no mercado de trabalho após essa modalidade de ensino.

A definição de um currículo que minimalista em formação das disciplinas que historicamente estão consolidadas na formação brasileira e abertura de itinerários formativos demonstram dos interesses dos estudantes, mas sem um direcionamento específico demonstra uma larga forma de exclusão social, especialmente daqueles que ao longo dos anos ficaram à mercê da educação. Em outras palavras, trata-se da “profissionalização precoce e simples da juventude, principalmente dos filhos da classe trabalhadora que são em grande parte estudantes das redes públicas (LEHER; VITTORIA; MOTTA, 2017, p. 19).

É nesse âmbito que as desigualdades que são consideradas históricas ganham ainda mais forças, especialmente aos jovens filhos de trabalhadores, negros, LGBTQIAP+ ou que carregam consigo outros marcadores sociais da diferença. Outrossim, quando essa diversidade não é reconhecida como parte integrante dos processos formativos ela acentua a desigualdade social e, segundo Saveli (2010, p. 138), esse não reconhecimento da diversidade e da pluralidade, é oriundo de um processo “que não considerou as diferentes etnias na formação do nosso país, o que contribuiu para segregação e a marginalização das minorias de todos aqueles vistos como diferentes”.

A defesa desse projeto de educação hegemônico sustenta-se em manter os privilégios da classe dominante em deter uma escola totalmente apática as violências que acontecem no seu interior. Em outras palavras, a única preocupação da escola pelos defensores da frente neoconservadora é o letramento científico e, portanto, questões que envolvam os marcadores sociais da diferença não devem ser debatidas ali.

A educação no modelo neoliberal incorporou ao longo dos anos um lugar que a diferencia das demais políticas sociais, pois é através da educação que os indivíduos tomam conhecimento e se qualificam para o mercado de trabalho. De igual modo, potencializam os discursos que através da educação é possível uma justiça social e novas oportunidades a classe trabalhadora, além de atribuem ao discurso meritocrático a mudança social severamente perpetuada pela distribuição desigual de riquezas do neoliberalismo.

É baseado nessa lógica que a educação tornou-se uma preocupação do Estado, pois “preparar os trabalhadores da próxima geração tornou-se, ao longo da história, uma questão de Estado, dada a sua importância para a construção da nação” (SHIROMA; ZANARDINI, 2020, p. 694). Esse sob essa concepção que na atualidade as discussões sobre o papel da escola têm ganhado ainda mais notoriedade, uma vez que os setores neoconservadores requerem que a instituição atue unicamente no processo de letramento científico e transmissão do conhecimento considerado formal e acumulado ao longo da história.

Entretanto, a escola assume outros papéis que vão além de unicamente atuar na transmissão dos conhecimentos e do letramento científico. Brandão (2007) nos alerta que o processo de ensinar e aprender escolar está imerso em um complexo cenário de subjetividades de marcadores sociais, culturais, políticos, econômicos e ideológicos de um determinado conjunto de pessoas, uma vez é no caso brasileiro é na escola que o aluno encontra uma outra realidade e sujeitos diferentes daqueles que está no seu ciclo inicial de socialização, como família, instituições religiosas e pessoas do mesmo padrão social.

É nesse cenário que as discussões de gênero e sexualidade ganharam força nos últimos anos e defesa da inserção nos currículos escolares. Entretanto, as discussões de gênero e sexualidade no currículo escolar não implica que a escola irá “deixar de lado a tradicional função de alfabetização científica, a escola representa hoje um grande atrativo para a sociabilidade de crianças e adolescentes” (SEFFNER, 2011, p. 109). Pelo contrário, a inserção dos temas é a garantia que os sujeitos LGBTQIAP+ possam ter acesso ao conhecimento científico, pois terão liberdade de viver sua identidade de gênero ou orientação sexual com plenitude.

No entanto, esse entendimento tem sido severamente atacado nos últimos anos através da frente neoconservadora que cresceu no Brasil. Como abordado anteriormente esses setores conquistaram espaços nas aprovações dos documentos e leis que versam sobre a educação e

resultou na exclusão dos temas gênero, sexualidade e orientação sexual dos mesmos (FERREIRA, 2021).

Destaca-se que a atuação dos líderes neoconservadores do Congresso Nacional e os intelectuais orgânicos desenvolvem um papel importante na retirada de qualquer menção aos temas que de acordo com ESP é fórum familiar. Além disso, mesmo temas aprovados através de lei como os debates relacionados ao movimento negro, relações étnico raciais e história indígenas que estão assegurados através das Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008 são secundarizados e invisibilizados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise da educação brasileira está sendo utilizada como um dos meios de construir um cenário de tensão e ataque a instituição escola, aos docentes e ao currículo escolar, pois é através dos discursos falaciosos propagando no contexto da pós-verdade que menções a uma suposta doutrinação ideológica e de gênero.

Nesse sentido, é importante destacar que embora os projetos de leis que foram estimulados pelo Movimento Escola sem Partido não alcançaram êxito, visto que foram declarados inconstitucionais as marcas e os frutos que eles deixaram anunciam um terreno impreciso para questões que envolvam gênero, sexualidade e direitos humanos. Por outro lado, nunca antes tais temas tornaram-se tão presente em salas de aula e nos debates que envolvem educação e, portanto, nos remete a repensar práticas pedagógicas e o próprio currículo escolar.

Esse reflexo é reverberado no campo da política onde neoconservadorismo para ter ganhado espaço e voz, uma vez que diversos parlamentares foram eleitos em 2022 com discursos que atacam diretamente os direitos humanos, os princípios democráticos e até mesmo a liberdade de expressão.

No cenário onde a veracidade dos fatos acaba sendo reduzida aos impactos que as informações *fakes news* causam nos indivíduos é importante o compromisso de pautar a defesa integral de uma educação que seja capaz de emancipar os estudantes. Além disso, é necessário que as pautas de gênero e sexualidade esteja presente na formação docente e nos cursos de formação continuada para possibilitar que os docentes consigam abordar o tema nas mais diversas formas e, desse modo, ampliar a resistência necessária no cenário de negacionismo e de movimento neoconservadores.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W.. “ENDIREITAR” A EDUCAÇÃO: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v.2, n.1, p.55-78, jan.-jun. 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

CHINN, Clark A.; BARZILAI, Sarit; Duncan, Ravit Golan. Educação para um mundo “pós-verdade”: novas direções para pesquisa e prática. **Pesquisador educacional**, v. 50, n. 1, p. 51–60. 2021. DOI: <https://doi.org/10.3102/0013189X20940683>

FERREIRA, Ewerton da Silva. Educação, gênero e sexualidade: o debate começou muito antes do "kit gay". **Revista Estudos Feministas**, v. 32, p. 1-4, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n195505>

FERREIRA, Ewerton da Silva. **Plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de LGBT:** um estudo de caso sobre sua implementação no currículo do ensino médio em uma escola pública no município de São Borja/RS (2009-2020). 2021. 112 p. Dissertação (Mestrado Profissional de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, São Borja, 2021.

KATZ, Elvis Patrik; MUTZ, Andresa Silva da Costa. Escola Sem Partido – Produção de Sentidos e disputas em torno do papel da Escola Pública no Brasil. **TD-Educação Temática Digital Campinas**, SP, v.19, n. esp., p. 184-205jan.-mar. 2017.

LAMOSA, Rodrigo. As frentes de ação da classe dominante na educação: entre o todos pela educação e a ideologia escola sem partido. In: LAMOSA, Rodrigo (Org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia:** uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos. Parnaíba, 2020.

LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTTA, Vânia. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p.14-24, abr. 2017.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45. 2019.

MESSENERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set.-dez. 2017.

PETERS, Michael A. Education in a post-truth world. **Educational Philosophy and Theory**, v. 49, n. 6, 563–566. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/00131857.2016.1264114>.

DOI: <https://doi.org/10.62236/missoes.v10i1.320>

ISSN: 2447-0244

SAVELI, Esmeria Lourdes. A educação obrigatória nas constituições brasileiras e nas leis educacionais delas derivadas. **Revista Contrapontos – Eletrônica**, v.10, n.2, p. 129-146.2010.

SEFFNER, Fernando. Escola para todos: mesmo para aqueles que manifestam diferenças em sexo e gênero. In. SILVA, Fabiane Ferreira da; MELLO, Elena Maria Billig. **Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação**. Uruguaiana - RS: UNIPAMPA, 2011.

SHIROMA, E. O.; ZANARDINI, I. M. S. Estado e gerenciamento da educação para o desenvolvimento sustentável: recomendações do capital expressas na Agenda 2030. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp1, p. 693–714, 2020.

SIEBERT, Silvânia; PEREIRA, Israel Vieira. A pós-verdade como acontecimento discursivo. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 20, n. 2, p. 239-249, maio/ago. 2020.

SILVA, Vinícius Carvalho da; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Como as ciências morrem? Os ataques ao conhecimento na era da pós-verdade. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 3, p. 1041-1073, dez. 2020.